MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES CONFERS COMO ORIGINAL

Brasilia.

צסמגו

CC02/C01

Fls. 115



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PRIMEIRA CÂMARA

Processo nº

13839.001796/2002-87

Recurso n*

136.702 Voluntário

Matéria

PIS/Pasep

Acórdão nº

201-81.281

Sessão de

03 de julho de 2008

Recorrente

J. M. BROS PARTICIPAÇÕES S/A

Recorrida

DRJ em Campinas - SP

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

Data do fato gerador: 31/12/1997

MULTA ISOLADA, RETROATIVIDADE BENIGNA.

A redação do art. 44 da Lei nº 9.430/96, com a alteração promovida pela Lei nº 11.488/2007, deixou de aplicar a imposição de multa isolada nos casos de pagamento em atraso sem o acréscimo da multa de mora. Aplicação do disposto no art. 106, II. "c", do Código Tributário Nacional. Princípio da retroatividade benigna.

Recurso voluntário provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os Membros da PRIMEIRA CÂMARA do SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES, por unanimidade de votos, em dar provimento ao

recurso.

CΦΕΙΙΉΟ MARQUES

Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Walber José da Silva, Ivan Allegretti (Suplente), Maurício Taveira e Silva, Fernando Luiz da Gama Lobo D'Eca, José Antonio Francisco e Gileno Gurjão Barreto.

Processo nº 13839,001796/2002-87 Acórdão n.º 201-81.281

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES CONFERE CONTO ORIGINAL Brasilia. 101 09 2008. SIMO SE SERRO GIZAS	CC02 C01 Fls. 116
Silvio Side 201745	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·

Relatório

sentido:

Trata-se de auto de infração eletrônico decorrente de auditoria interna da DCTF/1997, exigindo crédito tributário de R\$ 534,51, a título de multa de oficio isolada (R\$ 527,48) e juros de mora (R\$ 7,03), como decorrência de recolhimento da contribuição ao PIS, período de apuração de dezembro de 1997, fora de prazo e sem o acréscimo de multa e juros de mora.

Em sua impugnação a J. M. Bros Participações S/A limitou-se a dizer que "todos os débitos lançados no presente auto de infração e imposição de multa foram regularmente recolhidos" (fl. 01).

A DRJ em Campinas - SP, ao analisar o presente processo, decidiu no seguinte

"Assunto: Normas de Administração Tributária

Ano-calendário: 1997

Ementa: DCTF. REVISÃO INTERNA. RECOLHIMENTO FORA DE PRAZO SEM O ACRÉSCIMO DE MULTA E JUROS DE MORA. Pagamentos efetuados após o vencimento, mas sem o acréscimo de juros e multa de mora, sujeitam-se à exigência de juros de mora e multa de oficio isolados.

Lançamento Procedente".

Contra esta decisão a recorrente apresentou recurso inominado (voluntário) em 12/09/2006, alegando, em síntese, que a multa isolada aplicada, no montante de R\$ 632,56, atualizados até agosto de 2006, é um absurdo, devido a desproporcionalidade com o valor do seu fato gerador (R\$ 7,03).

É o Relatorio.

Processo nº 13839.001796/2002-87 Acórdão n.º 201-81.281

Brasilia, 10 09 2008: Fls. 117 Silvio 3-30 - tosa Mat.: Siapp = 1745	Silvin 3 B. rbosa	CC02*C01 Fls. 117
---	-------------------	----------------------

Voto

Conselheiro ALEXANDRE GOMES, Relator

O recurso voluntário é tempestivo e preenche os demais requisitos legais, motivo pelo qual dele tomo conhecimento.

Conforme se verifica da análise do processo, a recorrente recolheu em atraso parcela do PIS relativa à competência de dezembro de 1997, sem os acréscimos legais, ou seja, sem multa de mora e juros, conforme se vislumbra do Darf juntado as folhas 11 dos autos.

Em seu recurso alega somente a ilegalidade da aplicação da multa isolada, por absurda, não contestando a cobrança dos juros de mora.

Em relação à multa isolada, tem-se que a mesma foi aplicada com base nos art. 44 da Lei nº 9.430/96, que, à época da infração, assim previa:

- "Art. 44. Nos casos de lançamento de oficio, serão aplicadas as seguintes multas, calculadas sobre a totalidade ou diferença de tributo ou contribuição:
- l de setenta e cinco por cento, nos casos de falta de pagamento ou recolhimento, pagamento ou recolhimento após o vencimento do prazo, sem o acréscimo de multa moratória, de falta de declaração e nos de declaração inexata, excetuada a hipótese do inciso seguinte;
- II cento e cinqüenta por cento, nos casos de evidente intuito de fraude, definido nos arts. 71, 72 e 73 da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, independentemente de outras penalidades administrativas ou criminais cabiveis.
- § 1º As multas de que trata este artigo serão exigidas:
- I juntamente com o tributo ou a contribuição, quando não houveremsido anteriormente pagos;
- II isoladamente, quando o tributo ou a contribuição houver sido pago após o vencimento do prazo previsto, mas sem o acréscimo de multa de mora;".

Em que pesem as inúmeras discussões a respeito da legalidade da aplicação da multa isolada em conjunto com a multa de mora, bem como em relação ao seu caráter confiscatório, verifica-se uma questão prejudicial e preliminar à análise do presente caso sob a ótica das discussões acima elencadas.

Ocorre que, no decorrer do tempo, o art. 44 da Lei nº 9.430/96 sofreu inúmeras alterações promovidas pelas Medidas Provisórias nºs 303/2006 e 351/2007 e, por último, pela Lei nº 1.488/2007, que deixou de punir com a multa isolada a conduta noticiada nos presentes autos.

3

Processo nº 13839.001796/2002-87 Acórdão n.º 201-81.281 MF - SECUNDO CONSCLEO DE CONTRIBUINTES CONFERTADA DE CONTRIBUINTES DE CONT

CC02*C01 Fls. 118

A atual redação do art. 44 da Lei nº 9.430 96 assim prescreve:

"Art. 44. Nos casos de lançamento de oficio, serão aplicadas as seguintes multas: (Redação dada pela Lei nº 11,488, de 2007)

I - de 75% (setenta e cinco por cento) sobre a totalidade ou diferença de imposto ou contribuição nos casos de falta de pagamento ou recolhimento, de falta de declaração e nos de declaração inexata; (Redação dada pela Lei nº 11.488, de 2007)

II - de 50% (cinqüenta por cento), exigida isoladamente, sobre o valor do pagamento mensal: (Redação dada pela Lei nº 11,488, de 2007)

a) na forma do art. 8º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, que deixar de ser efetuado, ainda que não tenha sido apurado imposto a pagar na declaração de ajuste, no caso de pessoa física: (Incluída pela Lei nº 11.488, de 2007)

b) na forma do art. 2ª desta Lei, que deixar de ser efetuado, ainda que tenha sido apurado prejuizo fiscal ou base de cálculo negativa para a contribuição social sobre o lucro líquido, no ano-calendário correspondente, no caso de pessoa juridica. (Incluida pela Lei nº 11.488, de 2007)

§ 1º O percentual de multa de que trata o inciso I do caput deste artigo será duplicado nos casos previstos nos arts. 71, 72 e 73 da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, independentemente de outras penalidades administrativas ou criminais cabiveis. (Redação dada pela Lei nº 11.488, de 2007)

I - (revogado); (Redação dada pela Lei nº 11.488, de 2007)

II - (revogado): (Redação dada pela Lei nº 11.488, de 2007)"

Como se verifica da simples leitura da nova redação do art. 44, não há mais previsão de aplicação da multa isolada aos casos de pagamento em atraso sem o acréscimo da multa de mora.

Aplicável ao caso, portanto, o disposto no art. 106 do Código Tributário Nacional, que determina a retroatividade dos efeitos da Lei mais benéfica, senão vejamos:

"Art. 106. A lei aplica-se a ato ou fato pretérito:

l - em qualquer caso, quando seja expressamente interpretativa, excluída a aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados;

II - tratando-se de ato não definitivamente julgado;

a) quando deixe de defini-lo como infração;

b) quando deixe de tratá-lo como contrário a qualquer exigência de ação ou omissão, desde que não tenha sido fraudulento e não tenha implicado em falta de pagamento de tributo;

Processo nº 13839.001796/2002-87 Acórdão n.º 201-81.281

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES	-
CONFERE COM O ORIGINAL	CC02°C01
Brosilia, 10 1 09 1208	Fls. 119
Salvio a Salvio sa	
Mat.: Siapo 91745	

c) quando lhe comine penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo da sua prática."

Sobre o tema assim já se pronunciou o Conselho de Contribuintes em diversos julgados:

"MULTA ISOLADA - RETROATIVIDADE BENIGNA - Deixando a lei nova de punir com a aplicação da multa isolada o recolhimento em atraso sem o acréscimo da multa de mora, por força da retroatividade benigna afasta-se a exigência. Recurso provido. Publicado no D.O.U. nº 114 de 17 de junho de 2008." (Terceira Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, Recurso nº 145.879, Acórdão nº 103-23.422)

"Assunto: Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI

Periodo de apuração: 01/01/1997 a 30/05/1997

MULTA ISOLADA, RETROATIVIDADE BENIGNA.

O pagamento ou recolhimento de tributos após o vencimento do prazo, sem o acréscimo de multa moratória, deixou de ser punido com multa de oficio a partir da edição da Medida Provisória nº 251/2007. Princípio da retroatividade benigna. Recurso provido." (Primeira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, Recurso Voluntário nº 133.810, Acórdão nº 201-80.995)

Por fim, volta-se a destacar que a aplicação dos juros de mora no presente caso não foi contestada pela recorrente, motivo pelo qual não há manifestação acerca do assunto.

Por todo o exposto, julgo procedente o presente recurso voluntário para excluir do lançamento fiscal os valores relativos à multa isolada exigida em função do recolhimento de tributos em atraso sem o acrescimo da multa de mora.

Şafa das Sessões, em Ø3 de julho de 2008.

LEXANDRE GOMES